

FORMAÇÃO EM SERVIÇO E PLANEJAMENTO COLABORATIVO: CONTRIBUIÇÕES PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR

Eliane Aparecida Calixtro¹
Ana Carla Flissak Wictor²
Andreia Henik dos Santos³
Carla Rosane Fersc da Silva⁴
Vanessa Poliana Weiwanko⁵
Sandra Salete de Camardo Silva⁶

RESUMO

A Educação Inclusiva, no âmbito do ensino regular, apresenta-se como um dos grandes desafios da atualidade, principalmente diante da necessidade de consolidar práticas pedagógicas que atendam à diversidade de estudantes de forma equitativa. Reconhecendo esse cenário, a presente pesquisa teve como foco analisar as contribuições de uma formação em serviço colaborativa para o planejamento pedagógico inclusivo em uma escola municipal de União da Vitória/PR. A investigação foi conduzida sob os pressupostos da pesquisa-ação, com abordagem qualitativa, caráter exploratório e natureza aplicada. Os resultados evidenciaram que a formação em serviço contribuiu para ampliar a compreensão acerca da inclusão, desmistificando a ideia de que estaria restrita apenas a intervenções voltadas a estudantes com especificidades, passando a ser concebida como princípio pedagógico estruturante. Identificou-se, ainda, o fortalecimento do planejamento colaborativo como mecanismo essencial para a democratização do ensino, bem como a criação de recursos e estratégias contextualizadas que possibilitam maior efetividade das ações inclusivas em sala de aula. Ao favorecer a reflexão crítica, a troca de experiências e a corresponsabilização entre professores e gestores, o estudo destaca a relevância do trabalho colaborativo na consolidação de uma cultura escolar inclusiva. Assim, o investimento em processos formativos colaborativos e continuados constitui-se em caminho necessário para a efetivação da inclusão como um direito de todos.

Palavras-chave: Formação de Professores, Trabalho Colaborativo, Educação Inclusiva, Inclusão.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, eliane.calixtro.unespar.t4@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, ana.wictor.unespar.t4@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, andreia.henik.unespar.t4@gmail.com

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, carla.fersch.unespar.t4@gmail.com

⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, vanessa.weiwanko.unespar.t4@gmail.com

⁶ Professora orientadora: Doutora em Educação, docente associada da Unespar - PR, sandra.salete@unespar.edu.br



INTRODUÇÃO

A Educação Especial, em contexto da escola comum, continua se configurando enquanto um campo de complexos desafios teóricos e práticos, especialmente perante a crescente demanda por práticas pedagógicas inclusivas que atendam à diversidade característica das salas de aula. Ainda que existam avanços legislativos e as políticas públicas de inclusão tenham ampliado o acesso, a efetivação de processos de ensino- aprendizagem que contemplem as diferenças exige, de forma urgente, mudanças na prática pedagógica cotidiana e no planejamento escolar colaborativo. É nesse cenário que a formação em serviço assume papel fundante, visto que possibilita o desenvolvimento de competências e habilidades docentes a partir da realidade experienciada nas escolas, buscando metamorfosear as práticas por meio da reflexão e da ação coletiva.

Como defendido por Imbernón (2011), a formação continuada pode ser compreendida como um processo dinâmico, crítico e colaborativo, em que professores e gestores (re)elaboram os seus saberes profissionais no contato com os desafios escolares. De modo similar, Capellini e Zerbato (2019) ressaltam que a inclusão depende, em grande medida, da construção coletiva do planejamento colaborativo, de maneira que as práticas não se restrinjam somente a adaptações pontuais, mas se configurem enquanto estratégias sistemáticas para a democratização do ensino.

Pletsch (2019), por sua vez, argumenta que a efetivação das políticas inclusivas exige não somente formação teórica dos professores, mas, principalmente, a construção de recursos e mediações pedagógicas que sustentem suas práticas. Nesse sentido, Oliveira (2024) enfatiza que o fortalecimento de culturas inclusivas nas redes municipais depende de processos formativos colaborativos, que considerem tanto os conhecimentos especializados quanto a experiência acumulada por professores e gestores em seus contextos de atuação.

Assim, neste estudo¹ parte-se da seguinte questão de pesquisa: Como a formação em serviço contribui para o planejamento de práticas inclusivas em uma escola municipal de União da Vitória/PR? Dessarte, a investigação tem como objetivo analisar as contribuições de uma formação em serviço colaborativa para o planejamento pedagógico inclusivo em uma escola municipal.

Metodologicamente, a pesquisa se constituiu como pesquisa-ação, em uma abordagem qualitativa. O tratamento dos dados ocorreu por meio das recomendações propostas por Minayo

¹ O presente estudo é um excerto de uma pesquisa maior, em nível de mestrado, que se encontra em andamento.



Os resultados e as discussões apontam às contribuições da formação em serviço, bem como sobre como proporcionar possibilidades aos educadores de recursos e planejamentos essenciais para trabalhar com a diversidade presente nas salas de aula, viabilizando, assim, um ambiente educacional equitativo e inclusivo.

A pesquisa foi desenvolvida a partir do delineamento metodológico da pesquisa-ação, uma vez que buscou intervir na realidade escolar ao mesmo tempo que promoveu reflexões sobre as práticas pedagógicas inclusivas. Conforme Thiollent (2011), a pesquisa-ação caracteriza-se pela participação ativa dos sujeitos diretamente envolvidos no contexto investigado, visando articular investigação e transformação social. Nesse sentido, a escolha por essa abordagem evidenciou-se pertinente, pois se pretendia compreender e potencializar a contribuição da formação em serviço para o planejamento colaborativo e inclusivo no âmbito escolar.

A investigação assumiu uma abordagem qualitativa, o que possibilitou uma análise aprofundada dos processos vivenciados pelos professores e gestores participantes. De acordo com Lüdke e André (2013), pesquisas qualitativas destacam-se pela valorização da perspectiva dos sujeitos e pela ênfase em compreender significados e sentidos atribuídos às práticas educativas.

Optou-se, ainda, por um estudo de caráter exploratório, considerando que a temática, no recorte específico de uma escola municipal de União da Vitória/PR, demandava aproximação inicial, levantamento de percepções e construção de caminhos investigativos. O caráter aplicado da pesquisa se justifica por sua intencionalidade prática, voltada à melhoria real das condições de planejamento escolar e à promoção da inclusão por meio de recursos, estratégias e reflexões práticas.

Os dados são provenientes da aplicação de um questionário com questões majoritariamente abertas a 23 professores. Em razão das limitações de espaço, serão apresentadas apenas as principais inferências das pesquisadoras sobre o conteúdo decorrente das respostas dos professores aliado ao que consta na literatura da área. As informações foram organizadas e tratadas por meio de uma análise crítica do material, conforme Minayo (2007) e evidenciam as contribuições da formação em serviço para o planejamento inclusivo.



A metodologia visou à construção de um processo formativo baseado na participação e no diálogo, bem como na construção colaborativa de saberes, permitindo não apenas compreender, mas também fortalecer práticas que consolidam um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Reflexões sobre a inclusão escolar exigem o reconhecimento de que não se trata apenas da inserção de estudantes com especificidades nas classes comuns, mas de uma transformação muito mais ampla da cultura pedagógica e da prática docente. Para tanto, é essencial que as escolas desenvolvam estratégias que articulem a formação docente e o planejamento colaborativo, de modo a assegurar que a diversidade dos estudantes seja valorizada e incorporada nos processos de ensino-aprendizagem.

Entretanto, na perspectiva de Pletsch (2019), a consolidação da Educação Inclusiva ainda enfrenta barreiras relacionadas à organização do sistema educacional e à formação dos profissionais da educação. É ressaltado que a efetivação das políticas inclusivas demanda práticas consistentes no cotidiano escolar, que extrapolam a esfera normativa para se materializar em ações concretas de sala de aula. Nessa perspectiva, a formação contínua aparece como condição imprescindível para a transformação da prática pedagógica.

Por sua vez, Capellini e Zerbato (2019), ao discutirem práticas pedagógicas inclusivas, evidenciam que a inclusão não pode ser concebida como responsabilidade isolada do professor regente, mas como prática colaborativa que se efetiva por meio de um planejamento colaborativo. Essa dimensão do trabalho em equipe possibilita que o enfrentamento dos desafios seja construído coletivamente, promovendo maior eficiência nas estratégias de ensino e assegurando a participação de todos os(as) estudantes.

Complementando tais perspectivas, Imbernón (2011) defende uma concepção de formação continuada que seja crítica, reflexiva e contextualizada, rompendo com modelos tradicionais fragmentados, descontextualizados. Para o autor, a formação em serviço demanda ser um espaço de (re)construção dos saberes docentes, articulando teoria e prática na busca por soluções aos problemas vivenciados no cotidiano escolar.

Oliveira (2024), por sua parte, identifica que o fortalecimento das culturas inclusivas nas redes municipais depende de práticas formativas pautadas no diálogo e na corresponsabilidade entre toda a equipe escolar. O autor ressalta que formações baseadas no trabalho e planejamento



colaborativo possibilitam não somente a construção de estratégias pedagógicas inovadoras, mas o fortalecimento de uma identidade colaborativa comprometida com a equidade social.

Em suma, o referencial teórico, que embasa esta pesquisa, demonstra que a efetivação das práticas inclusivas depende, de modo decisivo, da articulação entre formação docente, planejamento colaborativo e transformação da cultura escolar. Esses elementos, ao serem construídos e vivenciados de forma integrada, favorecem o desenvolvimento de um ambiente educacional em que a inclusão se torne prática cotidiana e princípio estruturante da educação pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da investigação identificou-se que a formação em serviço tem se consolidado como elemento fundamental para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto da escola comum. Imbernón (2011) destaca que esse tipo de formação deve ser entendido como um processo dinâmico e colaborativo, por meio do qual docentes e gestores reconstroem seus saberes profissionais ao se depararem com os desafios concretos da escola, articulando teoria e prática de forma integrada.

Capellini e Zerbato (2019) ressaltam que a inclusão não é responsabilidade exclusiva do professor regente, mas, sobretudo, uma prática coletiva que se realiza por intermédio do planejamento pedagógico colaborativo. Nesse sentido, a formação em serviço contribui para a construção de um ambiente de corresponsabilidade e diálogo, que extrapola as adaptações pontuais para configurar estratégias sistemáticas de democratização do ensino. Esse movimento colaborativo é decisivo para que as práticas inclusivas não se tornem ações isoladas, mas parte constitutiva da cultura pedagógica das instituições educacionais.

Pletsch (2019) argumenta que a efetivação das políticas de inclusão demanda mais do que a aquisição de conhecimentos teóricos; requer, também, a construção de recursos pedagógicos e mediações que sustentem as práticas docentes no cotidiano. A formação em serviço, portanto, oferece aos educadores possibilidades concretas de reorganizar suas práticas, produzindo e amadurecendo mediadores pedagógicos que permitam atender à diversidade dos estudantes de forma efetiva.

A formação em serviço fortalece identidades coletivas comprometidas com a equidade, gerando condições para que as escolas se configurem como espaços democráticos, reflexivos e inovadores. Assim, a formação em serviço contribui decisivamente para a transformação da cultura escolar, viabilizando o planejamento pedagógico inclusivo por meio da construção



Identificou-se que a formação em serviço colaborativa ampliou a compreensão dos participantes sobre a Educação Inclusiva, integrando-a como princípio pedagógico estruturante e não ação isolada a públicos específicos. O planejamento colaborativo revelou-se fundamental para a democratização do ensino, englobando troca de experiências, reflexão crítica e corresponsabilização entre professores e gestores.

Foram destacadas práticas pedagógicas adaptadas às diversidades, valorização da cooperação entre docentes regulares e especializados, além do apoio da gestão para estruturar tempos, espaços e recursos que viabilizem a efetivação destas práticas em sala. O estudo revelou ainda desafios, como o tempo insuficiente para planejamento conjunto e necessidade de maior formação continuada, além da importância do envolvimento da comunidade escolar para consolidar a cultura inclusiva.

O estudo evidenciou que a formação em serviço, estruturada de forma colaborativa, constitui um caminho profícuo para o fortalecimento do planejamento de práticas pedagógicas inclusivas. As reflexões realizadas demonstraram que a inclusão não pode ser compreendida como ação isolada de um(a) professor(a) ou restrita ao atendimento de estudantes com especificidades. Ao contrário, ela deve ser concebida como uma dimensão estrutural da prática pedagógica, que se concretiza por meio da articulação entre professores e gestores, do planejamento colaborativo e da valorização das diferentes formas de aprender.

O investimento em formações em serviço e práticas de pesquisa-ação é essencial para que a escola pública avance no sentido de uma pedagogia inclusiva, que reconhece a diversidade como princípio educativo e assume o compromisso ético e político com a equidade social.

O estudo evidenciou que a formação em serviço estruturada de forma colaborativa é um caminho extremamente eficaz para o fortalecimento do planejamento de práticas pedagógicas inclusivas. As reflexões demonstram que a inclusão não pode ser entendida como uma ação isolada de um(a) professor(a) ou restrita ao atendimento exclusivo dos estudantes com especificidades, mas deve ser concebida como uma dimensão estrutural e transversal da prática pedagógica, concretizada pela articulação estreita entre professores, gestores e demais agentes escolares. O planejamento colaborativo, pautado na valorização das diversas formas de



aprendizagem, mostra-se fundamental para a construção de ambientes educacionais acolhedores, democratizados e sensíveis às especificidades de cada estudante.

Ao aprofundar esse diálogo colaborativo, o estudo confirma que a inclusão é um compromisso ético, político e social, que requer o investimento contínuo em formações continuadas e na pesquisa-ação. O trabalho colaborativo possibilita a troca de saberes, a reflexão crítica e a responsabilização, elementos indispensáveis para a consolidação de uma cultura escolar inclusiva e para a superação das barreiras que ainda persistem na educação pública.

Além disso, a formação em serviço favorece a integração entre professores regentes e especialistas em Educação Especial, promovendo práticas pedagógicas que respeitam as individualidades e fomentam o protagonismo de todos os estudantes, independentemente de suas características. Essa cooperação também fortalece o desenvolvimento profissional docente, ao incentivar a autocrítica, a adaptação contínua e o crescimento conjunto.

O investimento em processos formativos colaborativos revela-se, portanto, não apenas como estratégia pedagógica eficaz, mas como um imperativo para a construção de escolas democráticas, inclusivas e inovadoras. Ao reconhecer a diversidade como princípio educativo, a escola pública pode avançar decisivamente para garantir o direito à educação equitativa, preparando cidadãos conscientes e aptos a contribuir para uma sociedade mais justa e plural.

Assim, conclui-se que a formação em serviço e as práticas construídas a partir da pesquisa-ação constituem fundamentos estratégicos para transformar a cultura escolar, promovendo a inclusão como prática permanente, coletiva e estruturante da educação pública brasileira.

REFERÊNCIAS

CAPELLINI, Vera; ZERBATO, Ana Paula. **Educação Inclusiva: práticas pedagógicas para o trabalho com a diversidade**. São Paulo: Cortez, 2019.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissão Docente**. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

OLIVEIRA, André. **Inclusão Educacional e Formação Continuada de Professores: caminhos para a equidade**. Curitiba: Appris, 2024.



PLETSCH, Marcia Denise. **Educação Inclusiva em Debate**: práticas, políticas e formação docente. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

